



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2022 – PE 24/2022

ATA CELEBRADA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA E  
A COMERCIAL MILENIO EIRELI NA FORMA ABAIXO.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário do Guamá, à Rua Augusto Corrêa, nº. 01, na Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita sob o CNPJ nº. 34.621.748.0001-23, doravante denominada de **UFPA**, neste ato representada pelo **Magnífico Reitor, Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**, designado pelo Decreto Presidencial de 13 de Outubro de 2020, portador do CPF nº. 153.515.992-87, e RG nº. 154426-6 SSP/PA e **COMERCIAL MILENIO EIRELI** com endereço na cidade de Goiânia, Estado Goiás, na Rua Itaucu, nº. 274, bairro Conjunto Guadalajara, inscrita sob o CNPJ nº. 09.583.781/0001-69, doravante denominada **EMPRESA FORNECEDORA**, neste ato representada por **LEANDRO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 000.774.071-99, e da RG nº 3902359, resolvem celebrar a presente Ata, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 24/2022, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO, constante do Processo nº 23073.012410/2022-69**, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (*e suas alterações*), Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 (*e suas alterações*) e os Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.722 de 9 de janeiro de 2001, nº 7.746/2012 de 5 de junho de 2012 (*e suas alterações*), nº 7.892/2013 de 23 de janeiro de 2013 (*e suas alterações*), nº 8.538 de 6 de outubro de 2015, nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e das demais normas legais aplicáveis vigentes, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGISTRO**

Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços: Aquisição de Produtos de Limpeza e Descartáveis - Diversos, para atender as necessidades do Restaurante Universitário da UFPA.

ÓRGÃO GERENCIADOR – UFPA UASG 153063						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	FABRICANTE	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 2						
9	PAPEL HIGIENICO BRANCO DE BOA QUALIDADE, FOLHA SIMPLES, MEDINDO 30 mX10 cm, NEUTRO, SEM RELEVO FARDO COM 64 ROLOS	Fardo c/ 64 rolos	FAMILIAR	144	R\$ 42,20	R\$ 6.076,80



10	SACO DE LIXO DE 200 LITROS, PLÁSTICO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 12 (doze) MICRAS DE ESPESSURA POR PAREDE, NA COR PRETA, MEDINDO 110 X 90 CM, EMBALAGEM PACOTE COM 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COMO MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÕES, QUANTIDADES. De acordo com NBR 9110 e 9191.	Pact. c/ 100 und	TOP	360	R\$ 64,16	R\$ 23.097,60
11	SACO DE LIXO DE 30 LITROS, PLÁSTICO, EM POLIETILENO, DIMENSÕES DE 59 cm x 62 cm), COM PAREDES DE 5 (cinco) micras DE ESPESSURA, NA COR PRETA, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COMUM, DE ACORDO COM NBR 9110 e 9191. PACOTE COM 10 UNID	Pact.	TOP	540	R\$ 1,40	R\$ 756,00
12	SACO DE LIXO DE 50 LITROS, PLÁSTICO, EM POLIETILENO, DIMENSÕES DE 65 cm x 80 cm, COM PAREDES DE 5 (cinco) micras DE ESPESSURA, NA COR PRETA, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COMUM, DE ACORDO COM NBR 9110 e 9191. PACOTE COM 10 UNID	Pact.	TOP	120	R\$ 2,00	R\$ 240,00
13	FIBRA DE LIMPEZA ULTRA PESADAFIBRAÇO (pct c/ 5 Und)	(pct c/ 5 Und)	NOBRE	480	R\$ 7,70	R\$ 3.696,00
VALOR TOTAL LOTE 2: (Trinta e Três Mil Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)						R\$ 33.866,40



O valor GLOBAL DESTA ATA SERÁ DE: R\$ 33.866,40 (Trinta e Três Mil Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** O Prazo para a Entrega do(s) Item(ns), **será de acordo com o cronograma de pedidos do RU/UFGA**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado do Restaurante Universitário da UFGA, de 2ª a 6ª no horário de 07h00 às 10h00 ou de 14h00 às 17h00, de acordo com o cronograma de pedidos da DISAE/Restaurante Universitário, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade da entrega.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Será registrado em Ata de Formação do Cadastro de Reserva os licitantes que nos termos do artigo 11 do decreto nº 7.892/2013, aceitem cotar o objeto deste certame com preço igual ao do(s) vencedores da licitação (caso houver algum registro).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata é documento vinculativo a Ata de Registro de Preços do site Comprasnet.gov.br, com característica de compromisso para futura contratação, **terá vigência de 06 (seis) meses**, prorrogáveis por até 6 (seis) meses a partir da anuência de ambas as partes a contar da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOU.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços do site Comprasnet.gov.br, a UFGA não estará obrigada a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa vencedora, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** A partir da Homologação da Ata de Registro de Preços, a empresa vencedora assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, o objeto da Ata e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** A contratação decorrente deste Registro de Preço será formalizada por Autorização de Fornecimento, que será enviada à empresa vencedora por fax ou e-mail pela UFGA. Na nota fiscal deverá conter obrigatoriamente o prazo de garantia do produto ofertado.

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** Com a assinatura da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, estará caracterizado o compromisso com o objeto desta Licitação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DESTA LICITAÇÃO E ORGÃOS PARTICIPANTES

O Órgão gerenciador desta Licitação será a UFGA (UASG 153063) através de sua Subunidade Fiscalizadora.

**NÃO HOUVE ÓRGÃO PARTICIPANTE.**

LEANDRO RODRIGUES DA SILVA:00077407199  
7199  
Assinado de forma digital por LEANDRO RODRIGUES DA SILVA:00077407199  
Dados: 2022.09.20 16:28:52 -03'00'



#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE POR ÔNUS E ENCARGOS

Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, na forma do art.71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos seus empregados e todos os encargos previstos pelas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sociais, inclusive os relacionados a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., resultantes, direta ou indiretamente, da execução desta Ata e ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da empresa, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** A inadimplência da empresa, com referência aos ônus ou encargos especificados nesta cláusula, não transfere à UFPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da Ata ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** O pessoal que a empresa vencedora empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá vínculo de qualquer natureza com a UFPA e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da empresa. Na eventual hipótese de vir a UFPA a ser demandada judicialmente, a empresa a ressarcirá de qualquer despesa que em decorrência vier a pagar, inclusive àquelas oriundas de deslocamento efetuados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como <b>microempresa ou empresa de pequeno porte</b> para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir <b>prazos estabelecidos pelo pregoeiro</b> durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- <b>Desistir do lance</b> , sem justificativa, durante a sessão pública ou <b>não manter a proposta</b> na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- <b>Não apresentar ou deixar de apresentar documentação</b> solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar <b>proposta comercial em desacordo</b> com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar <b>documentação falsa</b> durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as <b>condições habilitatórias</b> durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.



Universidade Federal do Pará  
Pró-Reitoria de Administração  
Diretoria de Compras e Serviços



preços.	
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência; 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência; 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência; 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital durante a licitação ou contratação, quando solicitado.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regimento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual	27. Impedimento de licitar com a UFPA pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com a União por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente



	a parte não executada.
XXI-Denegrir ou caluniar equipes técnica e de pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da UFPA, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade aceitas e declaradas.	35. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XXIII-Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	36. Declaração de inidoneidade.
XXIV- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	37. Declaração de inidoneidade.
XXV- Frustrar ou <i>fraudar</i> , mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	38. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 39. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Impedir, perturbar ou <i>fraudar</i> a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	40. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 41. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Criar, de modo <i>fraudulento</i> ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	42. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 43. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVIII- Manipular ou <i>fraudar</i> o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	44. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 45. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a UFPA poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela UFPA ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** A defesa a que alude o caput deste item poderá ser exercida pelo interessado, de acordo com o § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 no respectivo processo no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

**SUBCLÁUSULA QUINTA:** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da UFPA que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela UFPA, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

LEANDRO  
RODRIGUES DA  
SILVA:0007740719  
9  
Assinado de forma digital  
por LEANDRO RODRIGUES  
DA SILVA:00077407199  
Dados: 2022.09.20  
16:28:03 -03'00'



**SUBCLÁUSULA SEXTA:** O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA:** Após a decisão sobre aplicação de qualquer penalidade ou não, o licitante ou contratado será comunicado e poderá, quando for o caso, impetrar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis. As razões do recurso serão novamente analisadas, agora em segunda instância no âmbito da UFPA (Conselho Superior de Administração – CONSAD), o qual decidirá pela manutenção ou não da decisão da autoridade superior.

**SUBCLÁUSULA OITAVA:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas pela autoridade competente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e outros sistemas, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**As cláusulas quanto ao recebimento do objeto registrado em ata, condições de fornecimento, do controle e alteração de preços, acréscimos e supressões, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações do contratante e da contratada, da fiscalização do fornecimento, da vigência e da eficácia, do cancelamento do Registro de Preços, das penalidades e sanções, do local, prazo de entrega e garantia do objeto, e demais disposições gerais, estão dispostas no instrumento convocatório deste certame licitatório, o Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, como se aqui estivessem integralmente transcritos (em observância ao art. 55, XI, da Lei 8666/93).**

Além da sujeição às próprias cláusulas e às normas da Lei 8.666/93, a presente Ata regula-se também pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente, aos casos omissos.

As questões decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços do sítio Comprasnet.gov.br, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Declaram as partes que esta Ata, vinculado a Ata de Registro de Preços do sítio Comprasnet.gov.br, corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E por assim estarem juntas e avençadas, assinam o presente instrumento, em via original, para todos os fins de direito e de Justiça:

LEANDRO  
RODRIGUES DA  
SILVA:0007740  
7199

Assinado de forma  
digital por LEANDRO  
RODRIGUES DA  
SILVA:00077407199  
Dados: 2022.09.20  
16:27:45 -03'00'



**Pela UFPA:**

**Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**

Reitor da UFPA

CPF nº. 153.515.992-87

**Pela COMERCIAL MILENIO EIRELI -ME:**

LEANDRO  
RODRIGUES DA  
SILVA:00077407199

Assinado de forma digital  
por LEANDRO RODRIGUES  
DA SILVA:00077407199  
Dados: 2022.09.14 15:28:00  
-03'00'

**LEANDRO RODRIGUES DA SILVA**

Representante legal da Empresa

CPF nº. 000.774.071-99





---

*Emitido em 21/09/2022*

**ATA Nº 2102/2022 - CAC (11.69.03.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 26/09/2022 15:41 )*

**EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**

*REITOR - TITULAR*

*REITORIA (11.01)*

*Matrícula: ###274#0*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número:  
**2102**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **21/09/2022** e o código de verificação: **9db3c20d29**